

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.799.543 - RS (2019/0050898-8)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **ANELIO DA SILVA ILHA**
RECORRIDO : **AVANY FAVRETTO NONNENMACHER**
RECORRIDO : **ESTEVAM PINTO DAS NEVES**
RECORRIDO : **JORGE ABECH**
RECORRIDO : **JOSE ALVES DE AZEVEDO**
RECORRIDO : **SERGIO DA CUNHA LEITE**
ADVOGADOS : **FELIPE NÉRI DRESCH DA SILVEIRA - RS033779**
 : **AMARILDO MACIEL MARTINS - RS034508**
 : **RUI FERNANDO HUBNER - RS041977**
 : **CINTIA LETICIA BETTIO - RS053789**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. JUROS MORATÓRIOS. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, "a", da CF/1988, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nesses termos ementado:

ADMINISTRATIVO.CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. COISA JULGADA.

1. Conforme entendimento firmado no egrégio STJ, os juros de mora e a correção monetária são consectários legais da condenação, possuindo natureza eminentemente processual. Assim, as alterações legais nos critérios de cálculo das referidas verbas tem aplicação imediata, devendo, contudo, incidir somente no período de tempo de sua vigência (princípio do tempus regit actum). A aplicação da lei nova não implica em violação à coisa julgada. Porém, se a decisão judicial for posterior à alteração legislativa, determinando a aplicação de taxa diversa da legal, transitando em julgado, deve ser aplicado o percentual previsto no título executivo até sobrevinda de nova regra, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, encartado na proibição de ofensa à coisa julgada (nesse sentido, veja a decisão proferida pelo STJ no Recurso Representativo de Controvérsia nº 1.112.746-DF, em 12/08/2009).

2. No caso dos autos, a decisão que fixou os juros de mora no percentual de 12% ao ano foi proferida em agosto de 2006. O último prazo para a União se manifestar sobre a taxa de juros de mora, na ação de conhecimento, ocorreu em outubro de 2007. Posteriormente, os autos retornaram ao tribunal para juízo de retratação, exclusivamente para examinar a paridade do pagamento da GDATA dos servidores inativos com os servidores da ativa, não cabendo

Superior Tribunal de Justiça

mais o exame dos consectários legais da condenação.

Portanto, ainda que o trânsito em julgado tenha ocorrido na vigência da Lei 11.960/2009, a discussão sobre a taxa de juros de mora já havia se encerrado antes da edição da referida lei, estando, portanto, preclusa.

3. Assim, os juros de mora devem ser calculados pela taxa de 12% ao ano até a edição da Lei 11.960, em respeito à coisa julgada. A partir da vigência da nova lei (julho de 2009), os juros de mora devem ser reduzidos para 6% ao ano.

3. A validade jurídico-constitucional da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos previstos pelo art. 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação da Lei 11.960/2009, foi objeto de debate no STF, em sede de repercussão geral, suscitada no RE 870.947. Na sessão de 20/09/2017, o Plenário do STF proferiu julgamento aprovando a tese de repercussão geral de nº 810, reconhecendo a inconstitucionalidade da atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança.

Sustenta a parte recorrente, além de negativa de prestação jurisdicional, que não há falar, no caso, portanto, em respeito à coisa julgada (art. 467 do CPC/73 – art. 502 do CPC/2015) em relação aos juros de mora, haja vista se tratar de questão processual sujeita ao princípio *tempus regit actum*, a significar que são aplicáveis para cálculo de juros e correção monetária as normas específicas incidentes em relação ao período de tempo a partir de sua vigência, inclusive aos processos em curso.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A questão jurídica submetida a esta Corte Superior está devidamente prequestionada.

Entende o STJ que "a modificação, na fase de liquidação, do índice de juros de mora especificamente estabelecido em decisão transitada em julgado e proferida após o advento do Código Civil de 2002 e da Lei 11.960/2009 constitui inegável ofensa à coisa julgada" (AgInt no REsp 1565926/MT, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/10/2019), pois "não se desconhece a natureza de questão de ordem pública dos juros legais, conforme entendimento pacífico desta Corte. Todavia, tal natureza não é capaz de se impor sobre outras questões da mesma ordem, tal como a coisa julgada e a preclusão (REsp 1783281/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 29/10/2019).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

